



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

CERTIDÃO

----- Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Alfândega da Fé; -----

----- **CERTIFICA**, para os devidos efeitos, que na Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, na sua sessão ordinária realizada no dia 27 de setembro de 2014, foram convocados todos os membros, com efetividade de funções, a saber: -----

Assembleia Municipal
Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda
Luís Miguel Teixeira Terêncio
Marisa Susana Gomes Velho Rodrigues
Susana Filipa Penarroias Pimenta Guerra
Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó
Adriano Augusto Andrade
Mário Telmo Lopes Legoinha
Carla Maria Bravo Franco
António Emílio Uvaldo Herdeiro
Orlando Alberto Morais Borges
Iolanda Cristina Barros Neves
Domitila de Fátima Morais Branco
António José da Rocha Pacheco
Jorge Miguel Gomes Jacinto
Jonathan Ramos Pacheco
Presidentes das Uniões e Juntas de Freguesia:
Eduardo Manuel Morais Almendra
Nelson Artur Castilho
Virgílio Alberto Vaz Amaro
José Joaquim Martins
Carlos Manuel Oliveira Pousado
Hélio José Madureira Aires
Ana Maria Ribeiro Pereira
Diamantino Mário Soeiro Lopes
Ricardo Jorge Outor Pimentel
Horácio Alberto Pinto
Pedro Miguel Camelo Morgado
José Alberto Vilares Reis





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Verificou-se a ausência do membro: Marisa Susana Gomes Velho Rodrigues. -----

----- Mais CERTIFICA que, na referida Sessão, a Assembleia Municipal, tomou conhecimento do Relatório de Execução e Acompanhamento do PAEL e Reequilíbrio Financeiro - 2.º trimestre de 2014. -----

----- Por ser verdade, passo a presente certidão que assino e faço autenticar com o selo branco em uso no Município. -----

----- Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, 01 de outubro de 2014. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,



(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

D. ADMINISTRATIVA FINANCEIRA (DAF)

Carla Victor em 24-09-2014

Carla Victor

INFORMAÇÃO n.º 089 / 2014 . carlav

DATA : 2014/09/23	
NIPG : 7083/14	DE : Chefe da DAF em RS – Carla Victor
REGISTO (DOC.) : 8600	PARA : Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé
CLASSIFICADOR : 023. - CONTABILIDADE	ASSUNTO : Esclarecimentos - Relatório de auditoria e acompanhamento a 30 de junho de 2014
PROCESSO : -----	

DESPACHO :

À Assembleia Municipal para conhecimento.

Tavares em 24-09-2014

PARECER :

Empty box for the opinion (PARECER).

SEGUIMENTO:

Empty box for follow-up (SEGUIMENTO).

TEXTO :

Nos termos do artº 77 da Lei n º73/2013, de 3 de setembro que Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, **competete ao auditor externo** que procede anualmente à revisão legal das contas:

- a) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- b) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;
- c) Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- d) **Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo** da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira;
- e) Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal.

Após receção do Relatório de Auditoria e acompanhamento a 30 de junho de 2014, foram analisadas as anomalias apontadas pelo Revisor Oficial de Contas, às quais o Município pretende apresentar os esclarecimentos seguintes:

Reserva 1-Credores pela execução do orçamento:

a 30 de junho do corrente ano, a conta 25.2 – Credores pela Execução do Orçamento apresenta saldo: A conta apresenta um saldo de € 62.064,87, devido a emissão de ordens de pagamento que foram pagas em data posterior, tais como protocolos transferidos mensalmente para diversas associações; acordos de pagamento mensais, etc. Esta conta destina-se ao registo das fases de liquidação e pagamento da despesa, fazendo a ligação com a contabilidade patrimonial e refletindo a execução do orçamento da despesa. Os saldos destas contas representam as despesas liquidadas que ainda não foram pagas. Só no final do exercício (em 31/12/2014), é necessário averiguar se os saldos desta conta antes do encerramento, coincidem com os saldos das contas de terceiros credores após o encerramento. Os débitos nesta conta respeitantes a pagamentos serão inscritos, após a separação das classificações económicas de despesa correntes e de capital, no mapa dos fluxos de caixa na coluna dos pagamentos. Em 31/12/2014, as autorizações de pagamento emitidas e não pagas deverão ser anuladas e nessa data a conta 25.2- Credores pela Execução do Orçamento, deve estar saldada.

Reserva 2-Obras por administração direta:

Para colmatar esta anomalia, os serviços do Município, já se encontram a trabalhar com a aplicação de Gestão de atividades, desde Janeiro de 2013, que vai permitir efetuar os lançamentos necessários para a contabilidade de custos/contabilidade analítica, que vem resolver as questões colocadas pelo ROC. Mesmo assim, a contabilização e controlo das obras por administração direta/Trabalhos para a própria entidade, a semelhança do ano anterior continua também a ser controlada manualmente através de um ficheiro em Excel elaborado pela DO e que remete semanalmente ao executivo e restante unidades orgânicas. Perante o exposto, e para proceder em conformidade estamos a trabalhar com a empresa de software-Medidata, e a implementar a contabilidade por centro de custos com rigor, para tal tornou-se necessário proceder a diversas adaptações das aplicações informática: POCAL; Aprovisionamento; Gestão de Recursos Humanos, Obras Municipais e Gestão de património. Em que, o POCAL vai fazer a gestão ao nível do plano de contas da classe 9 (contabilidade analítica); o aprovisionamento faz a ligação dos custos ao nível das requisições internas; a Gestão de Pessoal efetua o cálculo do custo/hora dos funcionários, as obras municipais (Gestão de Atividades) efetua o registo de todos os custos das obras por administração direta ou atividades e a Gestão de máquinas regista os custos diretos com cada uma das máquinas e respetivos serviços

prestados. No final de 2013 já se conseguiu extrair das aplicações informáticas a informação necessária e seja possível a análise das obras e atividades por centro de custos.

De referir que a 30 de junho de 2014, não foi efetuado qualquer reconhecimento na rubrica de “Trabalhos para a Própria Entidade”, visto que os técnicos do município apenas vão receber formação da empresa Medidata em outubro, no que concerne a esta parte da implementação, estando apenas capazes de o fazer no encerramento de contas.

Reserva 3-Bens arrendados a terceiros:

No que se refere aos bens arrendados a terceiros, nomeadamente habitações sociais, lojas do mercado, bar e terrenos, procedeu-se às retificações contabilísticas no imobilizado que nos foram possíveis, sendo que algumas situações aguardam regularizações de âmbito técnico, para se poderem efetuar os registos na conservatória; No que se concerne as rendas obtidas desses bens, estas já estão a ser contabilizadas na conta 78 – Proveitos e ganhos financeiros, tal como proposto pelo Revisor oficial de contas.

Reserva 4 – Bens de domínio público:

No que concerne a valorização dos bens de domínio público, e no sentido de prosseguir com a avaliação total dos bens a integrar no património municipal, foi criada uma equipa pluridisciplinar, a qual já constituiu uma comissão de avaliação. No que se refere a avaliação de imóveis, efetuada pelos técnicos do Município, já estão a ser efetuados levantamentos das áreas de implantação de alguns imóveis, passando a constar essas plantas do processo de cadastro e de inventário do imóvel. Encontram-se em elaboração os auto dos bens já avaliados pela comissão de avaliação, que serão remetidos para a Secção de Aprovisionamento e Património proceder à sua contabilização. Este trabalho é moroso e implica a intervenção dos vários serviços do município

A Comissão de avaliação está a preparar informação referente a avaliação dos bens de domínio público arrolados, para submeter ao órgão executivo para aprovação.

CONCLUSÃO :

—É o que me cumpre informar.

A Chefe da DAF em RS

Carla Victor em 24-09-2014

Carla Cristina Branco Caseiro Victor



Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

À DAF para analisar e informar.

Tavares em 23-09-2014

RELATÓRIO DE AUDITORIA E ACOMPANHAMENTO A 30 DE JUNHO DE 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Índice

<i>I. Introdução</i>	3
<i>II. Síntese das principais anomalias/insuficiências detetadas na realização do nosso trabalho</i>	4
<i>III. Controlo Interno</i>	5
1. Conteúdo	5
2. Trabalhos Realizados	5
<i>IV. Notas sobre o conteúdo das contas a 30 de Junho, trabalhos efetuados e as conclusões retiradas.</i>	6
1 - Disponibilidades	6
2 - Terceiros.....	7
3 - Existências	9
4 - Imobilizado	10
5 – Fundos Próprios	12
6 – Custos e Perdas	13
7 – Proveitos e Ganhos	16
<i>V. Evolução dos custos e proveitos</i>	18
<i>VI. Análise à execução orçamental</i>	19
<i>VII. Fundos Disponíveis</i>	21
<i>VIII. Análise económico – financeira a 30 de Junho de 2014</i>	21
<i>IX. Outras Anotações</i>	22

Ex.^{mos} Senhores

Membros da Assembleia Municipal de Alfândega da Fé

Membros do Executivo Municipal de Alfândega da Fé

I. Introdução

O estudo das contas relativas ao 1.º semestre de 2014 é essencial para a compreensão da evolução dos principais agregados, a partir dos quais irá ser feita uma análise mais pormenorizada da situação financeira e patrimonial do Município.

Assim, o desenvolvimento do nosso trabalho vai procurar cumprir os seguintes objetivos:

1. Análise comparativa e evolutiva dos principais elementos patrimoniais inscritos no Balanço, com relação ao final do ano anterior (31.12.2013);
2. Análise comparativa da evolução dos principais agregados de custos e proveitos, em relação ao período homólogo de 2013;
3. Análise dos desvios verificados em relação aos custos e proveitos realizados no corrente ano;
4. Notas sobre o conteúdo das diferentes rubricas do plano de contas em 30 de Junho de 2014, o trabalho efetuado e as principais conclusões; e
5. Análise sucinta da situação económico-financeira à data de 30 de Junho de 2014.

II. Síntese das principais anomalias/insuficiências detetadas na realização do nosso trabalho

1. A 30 de Junho do corrente ano, a conta 25.2 – Credores pela execução do orçamento apresenta um saldo no valor de € 62.064,87, o qual se deve à existência de ordens de pagamento emitidas mas que ainda não foram pagas;
2. Relativamente às obras realizadas por administração direta (trabalhos executados com meios do Município), a 30 de Junho, não foi efetuado qualquer reconhecimento na rubrica de “Trabalhos para a Própria Entidade”. No final do exercício anterior foi possível o apuramento dos “trabalhos para a própria entidade” por centro de custos, onde foram afetos à sua valorização o consumo de materiais, de mão-de-obra e máquinas/equipamentos suportado pela informação retirada da aplicação “gestão de atividades”, cuja implementação decorria desde o início do exercício de 2012;
3. Há bens arrendados a terceiros, nomeadamente o Bar do Centro Cultural, que continua registado como imobilizado em curso, visto ainda não ser possível o seu registo definitivo por falta de alguns procedimentos administrativos. No entanto, de acordo com a normalização contabilística aplicável (POCAL), o reconhecimento desse tipo de ativos deverá ser relevado como investimentos financeiros (imóveis de rendimento) tanto mais que já se encontram em condições de poderem funcionar. De referir que, relativamente ao Mercado Municipal (constituição da propriedade horizontal), foi efetuada a escritura em início de 2014) e o reconhecimento desse ativo foi relevado na rubrica “422 – Edifícios e outras construções”, quando deveria ser relevado em “investimentos financeiros - investimentos em imóveis” (conta 41.4) sendo as rendas obtidas registadas numa conta 78 – Proveitos e ganhos financeiros, sendo os encargos suportados com esses imóveis reconhecidos como custos financeiros;
4. Das indagações que realizamos apuramos a existência de bens de domínio público que não se encontram registados o que, naturalmente, se traduz numa subavaliação do ativo do Município.

III. Controlo Interno

1. Conteúdo

Com base no manual de procedimentos e do sistema de controlo interno do Município verificámos quais as medidas que estão a ser aplicadas e, de entre as que constam no manual de procedimentos e de controlo interno aprovado para uso no Município, aquelas que apresentam deficiências.

Assim, passamos a descrever as áreas que, de acordo com os testes de conformidade que realizámos, apresentam insuficiências ao nível de controlo interno:

- Disponibilidades;
- Controlo e gestão de armazém;
- Imobilizado;
- Controlo de imobilizado.

2. Trabalhos Realizados

Analisámos as medidas de controlo interno constantes do manual de procedimentos e, nessa sequência, anotámos os aspetos que apresentam desconformidades em relação ao que deveria ser o funcionamento do sistema de controlo interno do Município:

1. Com relação à área dos stocks/inventários salientamos o facto de já ter sido implementada a aplicação informática do armazém (gestão de stocks). Verificámos que há existências em armazém, anteriores à implementação da aplicação informática, que ainda não foram inventariadas. Acontece que, em muitos casos, os materiais ainda que requisitados pelo armazém são transferidos diretamente para a obra pelo fornecedor;
2. Ainda em relação às existências não se está a proceder à inventariação física, por amostragem, com uma periodicidade mensal, a qual deveria ser feita através de conferências parciais. Tal situação contribui para fragilizar os mecanismos de controlo das quantidades em stock, ao contrário do que menciona o manual de procedimentos que aponta para a necessidade de um controlo permanente e sistemático dos stocks. Todavia existe um despacho da Sra. Presidente a responsabilizar um funcionário para efetuar as contagens ao armazém com uma periodicidade regular;

3. De acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Inventário e Cadastro todos os bens deveriam estar etiquetados, o que ainda não se verifica na sua totalidade, visto que este trabalho ainda está em curso. No entanto, é de referir que, em alguns serviços, os bens já se encontram totalmente etiquetados como, também, já se encontra afixada a ficha de carga, por forma a simplificar o efetivo controlo desses bens.

IV. Notas sobre o conteúdo das contas a 30 de Junho, trabalhos efetuados e as conclusões retiradas

1 - Disponibilidades

1. Conteúdo

Rubrica	Descrição	30-06-2013	31-12-2013	30-06-2014	Desvio €	Desvio %
11	CAIXA	1 255,65	399,42	859,72	460,30	115,2%
111	Caixa	1 255,65	399,42	859,72	460,30	115,2%
12	DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	273 347,29	477 797,67	396 474,50	-81 323,17	-17,0%
121	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	237 181,74	433 117,73	318 311,92	-114 805,81	-26,5%
123	BANCO COMERCIAL PORTUGUES	7 689,44	30 096,35	39 745,12	9 648,77	32,1%
124	CREDITO AGRICOLA MUTUO	23 606,33	11 334,42	33 004,55	21 670,13	191,2%
125	BANCO PORTUGUES DO INVESTIMENTO	4 869,78	3 249,17	5 412,91	2 163,74	66,6%

2. Trabalho Efetuado

Em relação ao “Caixa” efetuámos o teste da contagem física à data que nos foi possível executar tal procedimento.

No que concerne à rubrica de depósitos à ordem efetuámos os testes de verificação da conformidade e de análise substantiva na preparação das “reconciliações bancárias” elaboradas pelo Município.

3. Conclusões

Verificámos que o valor expresso pelo saldo de Caixa confere com os valores em cofre e está em conformidade com os movimentos ocorridos.

Da verificação a que procedemos às reconciliações bancárias podemos concluir que todas as contas D.O. tituladas em nome do Município estão adequadamente conciliadas.

2 - Terceiros**1. Conteúdo**

Rubrica	Descrição	30/06/2013	31/12/2013	30/06/2014	Desvio €	Desvio %
21	CLIENTES/CONTRIBUINTE/UTENTES	1 051 649,94	1 522 975,72	1 641 164,58	118 188,86	7,8%
211	Clientes C/C	185 970,47	153 418,25	80 084,92	-73 333,33	-47,8%
212	CONTRIBUINTE C/C	710 324,70	1 257 601,15	1 489 901,06	232 299,91	18,5%
213	UTENTES C/C	86 261,19	71 091,06	19 279,55	-51 811,51	-72,9%
217	CLIENTES E UTENTES C/CAUÇÕES	-9 148,97	-5 984,86	-6 024,86	-40,00	0,7%
218	CLIENTES, CONTRIB. E UTENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA	78 242,55	46 850,12	57 923,91	11 073,79	23,6%
22	FORNECEDORES	-1 827 011,32	-420 170,80	-281 830,42	138 340,38	-32,9%
221	Fornecedores c/corrente	-1 730 639,00	-396 820,33	-210 469,26	186 351,07	-47,0%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	-96 372,32	-23 350,47	-71 361,16	-48 010,69	205,6%
23	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	-16 148 888,31	-19 165 732,57	-19 819 501,53	-653 768,96	3,4%
231	Em moeda nacional	-16 148 888,31	-19 165 732,57	-19 819 501,53	-653 768,96	3,4%
2311	De curto prazo	-350 000,00	0,00	0,00	0,00	
2312	De médio e longo prazo	-15 798 888,31	-19 165 732,57	-19 819 501,53	-653 768,96	3,4%
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	-27 454,96	45 305,74	20 310,52	-24 995,22	-55,2%
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	-39 608,10	-22 063,26	-41 745,40	-19 682,14	89,2%
243	Imposto sobre o valor acrescentado	48 558,25	88 918,70	96 324,52	7 405,82	8,3%
244	Restantes impostos	0,00	0,00	-40,21	-40,21	
245	Contribuições para a Segurança Social	-36 405,11	-21 549,70	-34 228,39	-12 678,69	58,8%
25	DEVEDORES E CREDORES PELA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	-50 621,16	0,00	-62 064,87	-62 064,87	
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	
252	Credores pela execução do orçamento	-50 621,16	0,00	-62 064,87	-62 064,87	
26	OUTROS DEVEDORES E CREDORES	-284 476,50	-91 230,89	328 161,44	419 392,33	-459,7%
261	Fornecedores de imobilizado	-78 341,58	-61 893,40	0,00	61 893,40	-100,0%
262	Pessoal	-963,06	-831,68	-542,33	289,35	-34,8%
263	Sindicatos	-505,67	-494,48	-508,84	-14,36	2,9%
268	Devedores e credores diversos	-204 666,19	-28 011,33	329 212,61	357 223,94	-1275,3%
2682	Devedores de transferências p/as autarquias locais	407 717,78	628 916,30	626 328,33	-2 587,97	-0,4%
2684	Credores de transferências das autarquias locais	0,00	-40 006,15	-40 006,15	0,00	0,0%
2685	DEVEDORES E CREDORES DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	-381,94	-532,74	-341,54	191,20	-35,9%
2686	DEVEDORES POR ACORDOS DE COOPERAÇÃO	0,00	365,24	466,81	101,57	27,8%
2688	OUTROS DEVEDORES	-48 990,24	-1 570,10	74 366,43	75 936,53	-4836,4%
2689	Credores Diversos - Outros	-563 011,79	-615 183,88	-331 601,27	283 582,61	-46,1%
27	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	-4 280 423,37	-4 550 081,82	-5 389 688,24	-839 606,42	18,5%
271	Acréscimos de proveitos	41 482,64	47 515,10	0,00	-47 515,10	-100,0%
272	Custos diferidos	2 862,64	8 024,66	8 024,66	0,00	0,0%
273	Acréscimos de custo	-451 230,55	-186 613,82	-186 613,82	0,00	0,0%
274	Proveitos diferidos	-3 873 538,10	-4 419 007,76	-5 211 099,08	-792 091,32	17,9%
2745	Subsídios para investimentos	-3 873 538,10	-4 419 007,76	-5 211 099,08	-792 091,32	17,9%
29	PROVISÕES	-536 278,70	0,00	0,00	0,00	
291	Para cobranças duvidosas	-40 718,98	0,00	0,00	0,00	

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização de testes de revisão analítica e à decomposição do saldo global de Terceiros à data de 30 de Junho de 2014.

3. Conclusões

Da análise efectuada às diversas rubricas da classe 2 – Terceiros, anotamos o seguinte:

- 21 – Clientes, contribuintes e utentes, passaram de € 1.522.975,72, em 31 de Dezembro de 2013, para € 1.641.164,58, em 30 de Junho de 2014, o que corresponde a 7,8%, sendo na rubrica “212 – contribuintes c/c” onde se registou a maior variação com um aumento no valor de € 232.299,91 (18,5%), pelo facto de a ATMA não liquidar as taxas de ocupação de subsolo.

Fernando Peixinho & José Lima, SROC – Representada por: Fernando J. Peixinho de Araújo Rodrigues

Rua do Loreto, 120 – 1.ª Sobreloja Dtª 5300 – 189 Bragança

Telef: 273 324 838 * Fax: 273 328 186 * e-mail: fpeixinho.sroc@gmail.com

- 22 – Fornecedores, verificámos que houve uma diminuição do saldo em dívida, que passou de € 420.170,80, em 31 de Dezembro de 2013, para € 281.830,42, em 30 de Junho de 2014. Tal situação evidencia uma diminuição no prazo médio de pagamento, o que se traduz numa menor dependência financeira face aos fornecedores. Não obstante, é de referir que, à data de 30 de Junho, existem ordens de pagamento emitidas que ainda não foram pagas o que significa numa diminuição do saldo em dívida em fornecedores c/c compensado, em parte, na rubrica 25.2 – Credores pela execução orçamental, que apresenta o saldo do que efetivamente tem ordem de pagamento mas que, à data de 30 de Junho, não se encontrava pago.
- 23 – Empréstimos obtidos, houve um aumento do saldo em dívida, que passou de € 19.165.732,57 em 31 de Dezembro de 2013 para € 19.819.501,53 em 30 de Junho de 2014. Em 26 de Março de 2013, foi publicada no DR - 2.ª serie nº 60, aprovação ao pedido de adesão ao Programa I do PAEL e aceite o Plano de Ajustamento Financeiro apresentado pelo Município de Alfândega da Fé que pressupôs um reequilíbrio financeiro no valor de € 17.500.000,00, bem como a autorização de concessão de um empréstimo pelo Estado até ao valor de € 694.457,45, tendo sido executado, até 30 de Junho, € 17.207.636,03 do reequilíbrio financeiro e € 531.170,92 do PAEL.
- 24 – EOEP, esta rubrica inclui todas as relações financeiras que o Município tem com o Estado e a Segurança Social, nomeadamente, no que concerne a retenção de impostos e às contribuições resultantes do pagamento de remunerações (Segurança Social, ADSE, CGA). Verificámos que os impostos e taxas referentes ao primeiro semestre foram pagos pontualmente, ou seja, dentro dos prazos estipulados na lei. De notar, ainda, que a rubrica 24.5 – Contribuições para a segurança social não reflete as contribuições a cargo do Município, nomeadamente, as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, sendo usada a conta 26899 – Outros credores diversos. Chamamos atenção para a alteração desta conta para a conta 24.X. Em relação à conta 243 – Imposto sobre o Valor Acrescentado, chamamos atenção para a divergência entre o valor da declaração periódica de Iva do mês de Junho e o balancete;
- 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento, a 30 de Junho, apresenta um saldo credor no valor de € 62.064,87, cuja causa é o facto de existirem ordens de pagamento emitidas mas que ainda não tinham sido pagas à data de 30/06/2014;

- 26 – Outros devedores e credores, passou de um saldo credor no valor de € 91.230,89, em 31 de Dezembro de 2013, para um saldo devedor no montante de € 328.161,44, em 30 de Junho de 2014. De notar que a rubrica “2689 – credores diversos – outros” foi a que mais contribuiu com uma variação de € 283.582,61 (46,10%), derivado, em parte, do registo, feito em 2013, da dívida à empresa “Casais”, a pagar durante os exercícios de 2013 a 2015 resultante de um processo judicial;
- 27 – Acréscimos e diferimentos, verificámos que, a 30 de Junho de 2014, ainda não há registos contabilísticos do ano, já que os procedimentos de especialização de custos e proveitos são efectuados / regularizados no final do exercício anterior, com excepção dos subsídios para investimentos;

3 - Existências

1. Conteúdo

Rubrica	Descrição	30-06-2013	31-12-2013	30-06-2014	Desvio €	Desvio %
3	EXISTENCIAS	40 784,15	30 099,76	85 668,86	44 884,71	110,1%
31	COMPRAS	21 168,89	0,00	37 114,15	15 945,26	75,3%
312	Mercadorias	95,85	0,00	1 185,29	1 089,44	1136,6%
316	Matérias-primas subsidiárias e de con	21 073,04	0,00	35 928,86	14 855,82	70,5%
32	MERCADORIAS	0,00	1 085,90	1 085,90	1 085,90	
322	EXISTENCIAS DO BAR	0,00	1 085,90	1 085,90	1 085,90	
36	MATÉRIAS PRIMAS,SUBSIDIÁRIAS E DE	19 615,26	29 013,86	47 468,81	27 853,55	142,0%
361	Matérias-primas	2 771,77	7 393,33	11 970,40	9 198,63	331,9%
362	Matérias subsidiárias	63,26	7,22	620,00	556,74	880,1%
363	Materiais diversos	2 753,54	43,80	245,52	-2 508,02	-91,1%
365	MATERIAL DIVERSO	14 026,69	21 569,51	34 632,89	20 606,20	146,9%

2. Trabalho Efetuado

Verificámos a decomposição do saldo e procedemos à respetiva revisão analítica.

3. Conclusões

Da análise ao quadro anterior verificamos que existe um aumento significativo face a 31 de Dezembro de 2013, nomeadamente, nas rubricas de “316 - compras – matérias-primas, subsidiárias e de consumo” e “365 – material diverso”, com aumentos no valor de € 14.855,82 e € 20.606,20, respetivamente. A variação deve-se ao facto de, em 2013, o Município ter implementado a nova aplicação informática de gestão através da qual todas as compras passam obrigatoriamente pela gestão de stocks, ou seja, pela secção de aprovisionamento.

4 - Imobilizado

1. Conteúdo

Rubrica	Descrição	30-06-2013	31-12-2013	30-06-2014	Desvio €	Desvio %
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	1 925 933,34	2 455 873,34	3 528 616,77	1 072 743,43	43,7%
411	Partes de capital	452 029,00	981 969,00	981 969,00	0,00	0,0%
414	Investimentos em imóveis	1 473 904,34	1 473 904,34	2 546 647,77	1 072 743,43	72,8%
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	12 775 129,01	13 348 298,27	12 531 658,16	-816 640,11	-6,1%
421	Terrenos e recursos naturais	1 407 575,27	1 412 075,27	1 412 075,27	0,00	0,0%
422	Edifícios e outras construções	9 002 726,56	9 550 600,92	8 685 920,91	-864 680,01	-9,1%
423	Equipamento básico	784 820,61	790 430,74	825 280,49	34 849,75	4,4%
424	Equipamento de transporte	796 255,55	797 684,81	803 342,81	5 658,00	0,7%
425	Ferramentas e utensílios	114 439,96	124 338,77	131 758,81	7 420,04	6,0%
426	Equipamento administrativo	443 805,53	444 662,23	444 774,34	112,11	0,0%
427	Taras e vasilhame	46 116,89	46 116,89	46 116,89	0,00	0,0%
429	Outras imobilizações corpóreas	179 388,64	182 388,64	182 388,64	0,00	0,0%
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	163 977,26	182 935,26	183 160,08	224,82	0,1%
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	13 530,00	13 530,00	0,00	0,0%
433	Propriedade industrial e outros direitos	155 528,91	160 956,91	160 956,91	0,00	0,0%
434	Licenças e Software Informático	5 867,10	5 867,10	5 867,10	0,00	0,0%
439	Outras	2 581,25	2 581,25	2 806,07	224,82	8,7%
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	14 398 496,98	12 567 051,53	12 744 431,11	177 379,58	1,4%
441	Imobilizações em curso de investimentos finance	80 608,76	85 229,82	85 229,82	0,00	0,0%
442	Imobil. em curso de imobilizações corpóreas	13 624 565,91	11 765 343,31	11 942 722,89	177 379,58	1,5%
445	Imobilizações em curso de bens de domínio públ	693 322,31	716 478,40	716 478,40	0,00	0,0%
45	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	9 670 313,35	12 959 330,98	12 959 331,11	0,13	0,0%
453	Outras construções e infraestruturas	1 211 354,19	1 214 955,47	1 214 955,47	0,00	0,0%
455	Bens do património histórico, artíst. e cultural	45 702,80	45 702,80	45 702,80	0,00	0,0%
459	Outros bens de domínio público	8 413 256,36	11 698 672,71	11 698 672,84	0,13	0,0%
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	-2 964 785,67	-4 309 617,23	-4 280 574,37	29 042,86	-0,7%

2. Trabalho Efetuado

Examinámos alguns dos documentos de suporte de aquisição de bens do imobilizado para a validação dos valores expressos no período em análise. Verificámos a adequabilidade do critério de capitalização de custos e analisámos a conformidade dos registos contabilísticos.

3. Conclusões

Como temos vindo a referir, reforçamos a nossa opinião sobre a necessidade de providenciar um controlo pleno através da aplicação do património, conjugado com um controlo e análise paralela dos registos relevados pela contabilidade.

Da análise a que procedemos verificámos que as principais variações desta rubrica ocorreram na conta de “414 - investimentos financeiros - imóveis”, “422 - edifícios e outras construções” e “44 - Imobilizado em curso de imobilizações corpóreas”.

O imobilizado corpóreo registou uma diminuição no valor nominal de € 816.640,11 (6,10%) de 31 de Dezembro de 2013 para 30 de Junho de 2014, derivado ao abate, no património e na contabilidade, do Mercado Municipal e Recinto da Feira (inventário 7752) no valor global de €

1.385.886,04. Tal abate deveu-se ao facto de esse imóvel ter sido registado em regime de propriedade horizontal e as suas frações terem sido valorizadas de acordo com o V.P.T. (Valor Patrimonial Tributário). Ora, de acordo com o registo histórico deste ativo, a transformação do imóvel em propriedade horizontal não pode modificar o seu valor, pelo que as frações têm de ser valorizadas de acordo com o percentil que têm no valor global e ainda, se existir, a imputação na mesma base das chamadas áreas comuns. Nessa conformidade deverá ser efetuado o ajustamento de acordo com este princípio.

Esta prática deverá ser adotada em todas as operações semelhantes que venham a ser feitas.

Como já havíamos referido no relatório anterior, esta rubrica apresenta algumas anomalias em termos de classificação contabilística e que passamos a descrever:

- A entidade tem bens arrendados a terceiros que continuam registados como imobilizado corpóreo e que, de acordo com a normalização contabilística portuguesa, tal situação tem implicações ao nível do reconhecimento desses ativos que deverão ser relevados como investimentos financeiros e as despesas com a sua manutenção e conservação deverão ser imputadas a resultados financeiros. Relativamente ao mercado municipal, onde foi constituída propriedade horizontal, foi feito o registo contabilístico na conta 422 – Edifícios e outras construções;
- O “imobilizado em curso” não reflecte de forma fidedigna as obras que estão efetivamente em curso à data de 30 de Junho, apesar de algumas regularizações já terem sido efetuadas. Existem obras que continuam refletidas nas contas da autarquia como se se tratasse de imobilizado em curso quando, na realidade, já se encontram concluídas e em pleno uso. Em síntese, esta situação vai trazer implicações ao nível das amortizações, uma vez que as amortizações são calculadas pela aplicação do património e esta, por sua vez, não reflete todos os ativos imobilizados corpóreos;
- Durante o exercício e exercícios anteriores, foram valorizados alguns bens de domínio público, efetuado pelos diversos setores do Município. Todavia, ainda existem bens que não se encontram registados. A sua não relevação na informação financeira implica uma subvalorização do património do Município de Alfândega da Fé;

- No que concerne aos bens produzidos (construídos) por administração direta (executados com meios do Município), a 30 de Junho, não foi efetuado qualquer reconhecimento na rubrica de “Trabalhos para a Própria Entidade”. Já no final do exercício anterior foram afetos à sua valorização o consumo de materiais e de mão-de-obra suportado pela informação retirada da aplicação “gestão de atividades”

5 – Fundos Próprios

1. Conteúdo

Rubrica	Descrição	30-06-2013	31-12-2013	30-06-2014	Desvio €	Desvio %
5	FUNDOS PROPRIOS	-13 043 738,87	-13 923 040,41	-14 392 605,29	-469 564,88	3,4%
51	PATRIMÓNIO	-11 232 903,07	-11 232 903,07	-12 785 853,07	-1 552 950,00	13,8%
57	RESERVAS	-1 033 067,39	-1 052 665,37	-1 052 665,37	0,00	0,0%
59	RESULTADOS TRANSITADOS	-777 768,41	-1 637 471,97	-554 086,85	1 083 385,12	-66,2%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à análise da decomposição do saldo das diferentes contas que integram esta rubrica e efetuámos a correspondente revisão analítica.

3. Conclusões

A rubrica de 51 - Património registou um aumento no valor de € 1.552.950, face a Dezembro de 2013, derivado do registo do Bairro Trás do Castelo no valor de € 1.008.870,00 tendo como base o valor patrimonial tributário.

A rubrica “59 – Resultados Transitados” reflete diversas correções relativas a custos de 2013, como por exemplo, faturas datadas de 2013, cobertura de prejuízos à empresa municipal “Alfandegatur, E.M”. e registo do subsídio “centro de formação desportiva” em contrapartida da conta 2745 – subsídios para investimentos. Chamamos atenção para o elevado número de movimentos efectuados nesta rubrica, pelo que deverá merecer maior atenção no final do exercício para registar estas situações na rubrica 27 – acréscimos e diferimentos.

De notar que, O Município ainda não procedeu à afectação do resultado líquido do exercício de 2013 no valor de € 1.130.193,97.

Relatório de Auditoria e Acompanhamento a 30 de Junho de 2014 – Município de Alfândega da Fé

6 – Custos e Perdas

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo			Desvios (€)	Desvios (%)
		30-06-2013	31-12-2013	30-06-2014		
61	CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER.	28 852,33	188 883,83	67 276,07	38 423,74	133,17%
612	Mercadorias	0,00	2,10	0,00	0,00	
616	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	28 852,33	188 881,73	67 276,07	38 423,74	133,17%
6161	Matérias-primas	14 620,34	97 806,36	37 308,00	22 687,66	155,18%
6162	Matérias subsidiárias	910,81	7 583,56	1 552,84	642,03	70,49%
6163	Materials diversos	1 040,75	3 934,99	50,70	-990,05	-95,13%
6165	MATERIAL DIVERSO	12 280,43	79 556,82	28 364,53	16 084,10	130,97%
	Sub-total 1	28 852,33	188 883,83	67 276,07		
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	898 311,25	1 912 965,53	846 197,24	-52 114,01	-5,80%
621	Subcontratos	85 243,92	151 189,22	80 824,31	-4 419,61	-5,18%
622	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	813 066,33	1 755 227,36	764 935,13	-48 111,20	-5,92%
62211	ENERGIA	122 493,88	325 848,26	171 953,36	49 459,48	40,38%
62212	COMBUSTÍVEIS	56 085,00	78 804,71	69 840,55	13 755,55	24,53%
62213	Água	127 671,81	312 777,32	106 679,50	-20 992,31	-16,44%
62214	OUTROS FLUIDOS	0,00	0,00	62,30	62,30	
62215	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE DESGASTE RÁPIDO	1 286,65	5 174,09	341,47	-945,18	-73,46%
62216	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	0,00	0,00	156,00	156,00	
62217	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	1 100,96	2 257,04	360,50	-740,46	-67,26%
62218	ARTIGOS PARA OFERTA	657,02	3 480,55	1 361,89	704,87	107,28%
62219	Rendas e alugueres	1 594,08	49 110,01	276,00	-1 318,08	-82,69%
62221	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	1 164,90	4 242,48	3 829,54	2 664,64	228,74%
62222	COMUNICAÇÃO	13 815,67	35 381,40	16 765,51	2 949,84	21,35%
62223	SEGUROS	2 273,17	4 744,22	1 625,51	-647,66	-28,49%
62225	Transportes	0,00	551,70	0,00	0,00	
62227	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	3 073,48	11 143,47	16 089,23	13 015,75	423,49%
62229	Honorários	1 300,00	6 275,50	0,00	-1 300,00	-100,00%
62231	Contencioso e notariado	1 577,50	3 302,73	5 530,00	3 952,50	250,55%
62232	Conservação e reparação	37 433,72	85 572,42	53 030,14	15 596,42	41,66%
62233	Publicidade e propagação	8 491,61	12 232,98	6 409,26	-2 082,35	-24,52%
62234	Limpeza, higiene e conforto	0,00	0,00	27,50	27,50	
62235	Vigilância e segurança	0,00	1 069,49	0,00	0,00	
62236	Trabalhos especializados	379 798,14	697 030,91	263 110,61	-116 687,53	-30,72%
62237	ALIMENTAÇÃO (REFEITÓRIOS)	16 681,43	18 620,60	16 231,42	-450,01	-2,70%
62238	ALIMENTAÇÃO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)	1 837,25	15 171,94	2 829,47	992,22	54,01%
62239	Seminários, Exposições e Similares	39,15	581,86	1 299,52	1 260,37	3219,34%
62241	MATERIAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E RECREIO	116,45	1 832,77	184,50	68,05	58,44%
62243	ALIMENTAÇÃO ROUPAS E CALÇADO	7,87	7,87	0,00	-7,87	-100,00%
62290	Encargos de cobrança	17 025,92	29 444,83	13 241,17	-3 784,75	-22,23%
62298	Outros fornecimentos e serviços	17 520,67	50 568,21	13 700,18	-3 820,49	-21,81%
623	Materials diversos	21,00	6 548,95	437,80	416,80	1984,76%
	Sub-total 2	898 311,25	1 912 965,53	846 197,24	-52 114,01	
	TOTAL GERAL (1) + (2)	927 163,58	2 101 849,36	913 473,31	-13 690,27	
63	TRANSFER. E SUBSÍDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS	435 958,90	698 142,93	487 798,29	51 839,39	11,89%
631	Transferências correntes concedidas	417 243,15	613 335,67	421 675,49	4 432,34	1,06%
6311	Administrações públicas	174 515,99	368 116,03	156 857,38	-17 658,61	-10,12%
6313	Famílias	1 705,39	4 610,94	2 471,74	766,35	44,94%
6315	Empresas Municipais	217 500,00	100 741,40	124 000,00	-93 500,00	-42,99%
6316	TRANSFER. E SUBS. CORRENTES CONCEDIDOS	23 521,77	139 867,30	138 346,37	114 824,60	488,16%
632	Subsídios correntes concedidos	0,00	2 662,46	0,00	0,00	
6321	Empresas	0,00	2 662,46	0,00	0,00	
6328	Outras	18 715,75	82 144,80	66 122,80	47 407,05	253,30%
	Sub-total 1	435 958,90	698 142,93	487 798,29	51 839,39	11,89%
64	CUSTOS COM O PESSOAL	1 407 043,67	2 820 211,31	1 486 006,86	78 963,19	5,61%
641	Remunerações dos órgãos autárquicos	59 961,81	118 800,77	56 944,56	-3 017,25	-5,03%
642	Remunerações do pessoal	1 113 347,47	2 138 405,88	1 136 824,49	23 477,02	2,11%
6421	Remunerações base do pessoal	785 214,99	1 614 005,42	791 722,82	6 507,83	0,83%
64211	Pessoal dos quadros	647 745,19	1 290 867,15	600 982,72	-46 762,47	-7,22%
64212	Pessoal em qualquer outra situação	137 469,80	323 138,27	190 740,10	53 270,30	38,75%
6422	Suplementos de remunerações	318 566,76	505 682,39	332 796,13	14 229,37	4,47%
6423	Prestações sociais directas	9 565,72	18 718,07	12 305,54	2 739,82	28,64%
643	Pensões	2 412,78	5 067,08	2 430,78	18,00	0,75%
645	Encargos sobre remunerações	167 967,49	425 768,51	218 009,39	50 041,90	29,79%
6452	Segurança social dos funcionários públicos	110 138,36	271 118,86	144 817,38	34 679,02	31,49%
6453	Segurança social - regime geral	57 829,13	154 649,65	73 192,01	15 362,88	26,57%
646	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	1 848,00	5 510,51	7 672,95	5 824,95	315,20%
648	Outros custos com pessoal	61 506,12	126 658,56	64 124,69	2 618,57	4,26%
6481	Despesas de saúde	44 521,86	93 013,68	47 864,84	3 342,98	7,51%
6482	Seguros de saúde	15 884,26	27 156,88	13 619,35	-2 264,91	-14,26%
6483	Custos com Formação	1 100,00	2 880,00	2 640,50	1 540,50	140,05%
6484	Exames de saúde no trabalho	0,00	3 608,00	0,00	0,00	
	Sub-total	1 407 043,67	2 820 211,31	1 486 006,86	78 963,19	-74,18%

Fernando Peixinho & José Lima, SROC – Representada por: Fernando J. Peixinho de Araújo Rodrigues

Rua do Loreto, 120 – 1.º Sobreloja Dtº 5300 – 189 Bragança

Telef: 273 324 838 * Fax: 273 328 186 * e-mail: fpeixinho.sroc@gmail.com

Relatório de Auditoria e Acompanhamento a 30 de Junho de 2014 – Município de Alfândega da Fé

Código das contas	Designação	Saldo			Desvios (€)	Desvios (%)
		30-06-2013	31-12-2013	30-06-2014		
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	0,00	0,00	550,00	550,00	
651	Impostos e taxas	0,00	0,00	550,00	550,00	
	Sub-total	0,00	0,00	550,00	550,00	-74,18%
66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	0,00	1 344 831,56	0,00	0,00	
662	Imobilizações corpóreas	0,00	368 799,24	0,00	0,00	
663	Imobilizações incorpóreas	0,00	7 817,73	0,00	0,00	
665	Bens de domínio público	0,00	968 214,59	0,00	0,00	
	Sub-total	0,00	1 344 831,56	0,00	0,00	-74,18%
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	269 240,42	781 526,80	590 878,88	321 638,46	119,46%
681	Juros suportados	258 255,34	719 031,40	589 345,17	331 089,83	128,20%
68111	De curto prazo	0,00	12 343,10	0,00	0,00	
68112	De médio e longo prazo	239 603,77	644 871,13	583 893,51	344 289,74	143,69%
6812	OUTRO JUROS	18 651,57	61 817,17	5 451,66	-13 199,91	-70,77%
688	Outros custos e perdas financeiros	10 985,08	62 495,40	1 533,71	-9 451,37	-86,04%
6881	Serviços bancários	10 985,08	62 495,40	1 533,71	-9 451,37	-86,04%
	Sub-total	269 240,42	781 526,80	590 878,88	321 638,46	-74,18%
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	42 083,40	227 391,25	1 461 753,68	1 419 670,28	3373,47%
691	Transferências de capital concedidas	28 563,13	193 056,02	91 836,85	63 273,72	221,52%
6911	Administrações Públicas	27 056,64	148 397,23	75 436,69	48 380,05	178,81%
6913	Famílias	1 506,49	27 158,79	16 400,16	14 893,67	988,63%
6915	Empresas	0,00	17 500,00	0,00	0,00	
694	Perdas em imobilizações	181,94	181,94	1 367 534,27	1 367 352,33	751540,25%
695	Multas e penalidades	3 833,50	4 162,25	0,00	-3 833,50	-100,00%
697	Correções relativas a exercícios anteriores	5 543,27	24 767,83	1 947,92	-3 595,35	-64,86%
698	Outros custos e perdas extraordinários	3 961,56	5 223,21	434,64	-3 526,92	-89,03%
	Sub-total 5	42 083,40	227 391,25	1 461 753,68	1 419 670,28	3373,47%
TOTAL GERAL (1+2+3+4+5)		3 081 489,97	7 973 953,21	4 940 461,02	1 858 971,05	60,33%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à verificação das principais rubricas tendo em atenção a sua variação em relação ao período homólogo do ano anterior e, em função dessa análise, verificámos os principais documentos de suporte de modo a obtermos a evidência necessária à interpretação da evolução ocorrida, assim como à sua adequada contabilização.

3. Conclusões

Através da análise efetuada verificámos que, em relação ao período homólogo de 2013:

- 61 – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, esta rubrica engloba os materiais consumidos nas obras realizadas com o pessoal da autarquia (obras por administração direta e aos munícipes). Esta rubrica registou um aumento de € 38.423,74;
- 62 – Fornecimentos e serviços externos, registou uma diminuição no valor de € 52.114,01 (5,8%). Assim, passamos a descrever as rubricas que registaram maior variação, assim como as que contribuíram, favoravelmente, para esta diminuição de custos:
 - 62211 – Energia, registou um acréscimo no valor de € 49.459,48 (40,38%), derivado do aumento de preço;
 - 62213 – Água, registou uma diminuição no valor de € 20.992,31 (16,44%), resultante de um melhor controlo no que se refere a contagens e a fugas;

Fernando Peixinho & José Lima, SROC – Representada por: Fernando J. Peixinho de Araújo Rodrigues

Rua do Loreto, 120 – 1.º Sobreloja Dtº 5300 – 189 Bragança

Telef: 273 324 838 * Fax: 273 328 186 * e-mail: fpeixinho.sroc@gmail.com

- 62236 – Trabalhos Especializados, apresenta um decréscimo no montante de € 116.687,53 (30,72%), resultante da diminuição do custo com o tratamento dos resíduos sólidos e, sobretudo, pelo facto de no exercício anterior haver a aquisição de serviços no âmbito do plano de promoção da acessibilidade (RAMPA);
- 63 – Transferências e Subsídios Correntes C. Prestações Sociais, registou um acréscimo no montante de € 51.839,39 (11,89%). As rubricas que registaram maior variação foram “6315 – Empresas municipais” com uma diminuição de € 93.500,00 (42,99%) e a “6316 – Transferências e subsídios correntes concedidos” com um aumento no valor de € 114.824,60 relacionado com contratos de inserção emprego atribuídos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- 64 – Custos com o pessoal, aumentaram, em termos globais, 5,61%, ou seja, € 78.963,19. As rubricas mais representativas na expressão dos custos com o pessoal e que mais contribuíram para este aumento, destacamos as “remunerações base do pessoal – pessoal dos quadros” com um decréscimo de 46.762,47 (7,22%), resultante dos cortes efectuados nos vencimentos de acordo com o art.º 33.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014, “remunerações base do pessoal – pessoal em qualquer outra situação” com um aumento de € 53.270,30 (38,75%) derivado da internalização de alguns funcionários da EDEAF, E.M. e “encargos sobre remunerações” com um acréscimo no valor de € 50.041,90 (29,79%) devido à internalização dos funcionários da EDEAF e ao aumento do número de pessoal no âmbito de programas financiados pelo IEFP;
- 66 – Amortizações do exercício, os custos com as amortizações são calculados no fim de cada exercício, pelo que esta rubrica apenas irá apresentar saldo no final do ano;
- 68 – Custos e perdas financeiras, registou um aumento no valor de € 321.638,46, sendo a maior variação registada na rubrica “68112 – empréstimos de médio e longo prazo” com um acréscimo de € 344.289,74, derivado do empréstimo de reequilíbrio financeiro;
- 69 – Custos e perdas extraordinárias, em relação ao período homólogo do exercício anterior houve um acréscimo no valor de € 1.419.670,28, sendo a rubrica “694 – perdas em imobilizações”. Tal como referimos no ponto do imobilizado esta perda não existe e como tal deverá ser regularizada no decurso do exercício por se tratar de um erro contabilístico na valorização dos bens decorrentes da constituição da propriedade horizontal.

7 – Proveitos e Ganhos

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo			Desvios (€)	Desvios (%)
		30-06-2013	31-12-2013	30-06-2014		
71	Vendas e Prestação de Serviços	-439 940,13	-1 097 174,37	-184 669,16	255 270,97	-58%
711	Vendas	-109 813,86	-291 940,66	-113 664,05	-3 850,19	4%
7111	Mercadorias	-13 777,18	-119 942,79	-55 613,80	-41 836,62	304%
7112	Produtos acabados e Intermedios	-96 036,68	-172 678,12	-58 050,25	37 986,43	-40%
7117	Devolução de vendas	0,00	680,25	0,00	0,00	
712	Prestações de serviços	-283 920,55	-173 505,36	-71 005,11	212 915,44	-75%
7121	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	-92 878,71	-173 505,36	-71 944,39	20 934,32	-23%
7122	OUTROS	-191 041,84	0,00	0,00	191 041,84	-100%
713	OUTROS	-46 205,72	-631 728,35	0,00	46 205,72	-100%
7131	RENDAS E ALUGUERES	-46 205,72	-631 728,35	0,00	46 205,72	-100%
	Sub-total	-439 940,13	-1 097 174,37	-184 669,16	#N/D	#N/D
72	Impostos e Taxas	-620 097,96	-953 056,30	-680 316,68	-60 218,72	10%
721	Impostos directos	-317 407,44	-594 719,72	-362 220,45	-44 813,01	14%
722	Impostos indirectos	-2 186,35	-6 698,63	-2 363,09	-176,74	8%
724	Taxas	-298 454,42	-339 340,82	-315 488,14	-17 033,72	6%
725	Reembolsos e Restituições	-2 027,11	-12 274,49	-245,00	1 782,11	-88%
726	Anulações	-22,64	-22,64	0,00	22,64	-100%
	Sub-total	-620 097,96	-953 056,30	-680 316,68	-60 218,72	10%
73	Proveitos Suplementares	-120,35	-480,01	-280,76	-160,41	133%
731	Serviços sociais	0,00	-92,70	0,00	0,00	
736	BENS NAO DURADOUROS	-120,35	-387,31	-280,76	-160,41	133%
	Sub-total	-120,35	-480,01	-280,76	-160,41	133%
74	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	-2 776 690,76	-5 833 199,26	-2 979 242,52	-202 551,76	7%
7421	Administrações públicas	-2 657 200,00	-5 306 593,00	-2 588 085,00	69 115,00	-3%
74211	Orçamento do Estado	-2 657 200,00	-5 306 593,00	-2 588 085,00	69 115,00	-3%
742111	Transferências correntes	-2 142 874,00	-4 277 936,00	-2 338 449,00	-195 575,00	9%
742112	Transferências de capital	-514 326,00	-1 028 657,00	-249 636,00	264 690,00	-51%
7422	Administrações privadas	0,00	0,00	-8 300,00	-8 300,00	#DIV/0!
7424	EXTERIOR	-104 543,83	-459 976,03	-361 377,41	-256 833,58	246%
7425	Empresas	-4 946,93	-4 946,93	-16 820,72	-11 873,79	240%
743	Subsídios correntes obtidos	-10 000,00	-61 683,30	-4 659,39	5 340,61	-53%
	Sub-total	-2 776 690,76	-5 833 199,26	-2 979 242,52	-202 551,76	7%
75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	0,00	-272 410,13	0,00	0,00	#DIV/0!
752	Imobilizações corpóreas	0,00	-244 632,98	0,00	0,00	#DIV/0!
754	Imobilizações em curso	0,00	-4 621,06	0,00	0,00	#DIV/0!
755	Bens de domínio público	0,00	-23 156,09	0,00	0,00	#DIV/0!
	Sub-total	0,00	-272 410,13	0,00	0,00	#DIV/0!
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	-30,64	-355 457,87	-147 711,86	-147 681,22	481988%
781	Juros obtidos	-30,64	-64,48	-86,59	-55,95	183%
783	Rendimentos de imóveis	0,00	-355 393,39	-147 625,27	-147 625,27	
	Sub-total	-30,64	-355 457,87	-147 711,86	-147 681,22	481988%
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	-19 864,26	-592 369,24	-11 618,20	8 246,06	-42%
795	Benefícios de penalidades contratuais	-795,46	-551 096,10	-3 191,98	-2 396,52	301%
796	Reduções de amortizações e provisões	0,00	-20 647,78	0,00	0,00	
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	-15 984,92	-16 585,46	-3 537,87	12 447,05	-78%
798	Outros proveitos de ganhos extraordinários	-3 083,88	-4 039,90	-4 888,35	-1 804,47	59%
	Sub-total	-19 864,26	-592 369,24	-11 618,20	8 246,06	-42%
	TOTAL GERAL	-3 856 744,10	-9 104 147,18	-4 003 839,18	-147 095,08	4%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à análise substantiva do conteúdo e extensão das contas e dos saldos relevados nas diversas rubricas de proveitos e verificámos, também, as variações ocorridas nos principais elementos de cada rubrica através da análise documental até à data do presente relatório.

Fernando Peixinho & José Lima, SROC – Representada por: Fernando J. Peixinho de Araújo Rodrigues

Rua do Loreto, 120 – 1.ª Sobreloja Dtª 5300 – 189 Bragança

Telef: 273 324 838 * Fax: 273 328 186 * e-mail: fpeixinho.sroc@gmail.com

3. Conteúdo

Através da análise efetuada verificámos que, em relação ao período homólogo de 2013:

- 71 – Vendas e prestação de serviços, diminuíram em termos globais € 255.270,97, (58%), sendo a rubrica “7122 – prestação de serviços – outras” a que registou a maior variação com um decréscimo no valor de € 191.041,84, trata-se de rendas que atualmente são reconhecidos na rubrica 783 – Rendimentos de imóveis;
- 72 – Impostos e taxas, registou um aumento de € 60.218,72 (10%) resultante do acréscimo registado nas rubricas “721 – Impostos diretos” e “724 – taxas”, com acréscimos de € 44.813,01 (14%) e € 17.033,72 (6%), respetivamente;
- 74 – Transferências e subsídios obtidos, registou um aumento no montante de € 202.551,76 (7%). As rubricas mais representativas, assim como, as que contribuíram favoravelmente para o aumento das “transferências e subsídios obtidos”, destacamos “as variações nas rubricas “742111 – transferências correntes” com um acréscimo de € 195.575,00 (9%), “742112 – transferências de capital” com uma diminuição de € 264.690,00 (51%) e “7424 – Exterior” com um acréscimo de € 256.833,58 derivado das transferências obtidas do Fundo Social Europeu e os apoios atribuídos pelo IEFP;
- 75 – Trabalhos para a Própria Empresa, à data de 30 de Junho, esta rubrica não consta das contas do município. Assim sendo, apenas procedemos à análise do sistema de controlo interno, nomeadamente no que respeita às obras realizadas por administração direta. De salientar que, como temos vindo a referir em relatórios anteriores, há muitas intervenções que valorizam ativos do Município não sendo reconhecidos esses incrementos patrimoniais, limitando-se exclusivamente a registar os consumos de materiais e os custos de mão-de-obra e gastos gerais; e
- 78 – Proveitos e Ganhos financeiros, “os rendimentos em imóveis” apresentam o maior peso na estrutura desta rubrica e registaram um aumento no valor de € 147.625,27. Anteriormente as rendas recebidas eram registadas na rubrica “7122 – prestação de serviços – outras”

V. Evolução dos custos e proveitos

Rubricas	Descrição	30-06-2013	31-12-2013	30-06-2014	Desvio €	Variação %
71	Vendas e Prestação de Serviços	-439 940,13	-1 097 174,37	-184 669,16	255 270,97	-58%
72	Impostos e Taxas	-620 097,96	-953 056,30	-680 316,68	-60 218,72	10%
73	Impostos e Taxas	-120,35	-480,01	-280,76	-160,41	133%
74	Transferencias e Subsídios Correntes Obtidos	-2 776 690,76	-5 833 199,26	-2 979 242,52	-202 551,76	7%
75	Trabalho para a Própria Entidades	0,00	-272 410,13	0,00	0,00	
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	-30,64	-355 457,87	-147 711,86	-147 681,22	481988%
79	Prov. Gan. Extraordinários	-19 864,26	-592 369,24	-11 618,20	8 246,06	-42%
	Total dos Proveitos	-3 856 744,10	-9 104 147,18	-4 003 839,18	-147 095,08	4%
61	CMVMC	28 852,33	188 883,83	67 276,07	38 423,74	133%
62	F.S.E.	898 311,25	1 912 965,53	846 197,24	-52 114,01	-6%
63	Transferencia e Subsídios Correntes C. Prest. S	435 958,90	698 142,93	487 798,29	51 839,39	12%
64	Custos c/ Pessoal	1 407 043,67	2 820 211,31	1 486 006,86	78 963,19	6%
65	Outros Custos Operac.	0,00	0,00	550,00	550,00	
66	Amortizações do Exercício	0,00	1 344 831,56	0,00	0,00	
67	Provisões do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	
68	Custos e Perdas Financ	269 240,42	781 526,80	590 878,88	321 638,46	119%
69	Custos e Perdas Extraord.	42 083,40	227 391,25	1 461 753,68	1 419 670,28	3373%
	Total dos Custos	3 081 489,97	7 973 953,21	4 940 461,02	1 858 971,05	60%
	Proveito - Custos	775 254,13	1 130 193,97	-936 621,84	-1 711 875,97	-221%

Da análise ao quadro acima ressaltam os seguintes aspetos:

- O total dos proveitos registou um acréscimo de 4% relativamente ao período homólogo (Junho 2013). Como já foi referido, foram nas rubricas “vendas e prestação de serviços” e “transferências e subsídios correntes obtidos” que se observaram as maiores variações, com uma diminuição de € 255.270,97 (58%) e um acréscimo de € 202.551,76 (7%), respetivamente;
- Relativamente aos custos registou-se um aumento no valor de € 1.858.971,05, o que corresponde a um aumento de 60%, ou seja, verificou-se uma evolução desfavorável da exploração, uma vez que o aumento dos custos foi superior ao aumento dos proveitos;
- As rubricas de custos que apresentaram maior variação e que mais contribuíram para esse aumento foram as de “custos e perdas financeiras”, com uma variação desfavorável de € 321.638,4 resultante dos juros do empréstimo do reequilíbrio financeiro e “custos e perdas extraordinários” com um aumento de € 1.367.352,33 resultante do registo de abate do “mercado municipal e recinto da feira” como explicado no ponto 4 – Imobilizado;

VI. Análise à execução orçamental

À data de 30 de Junho de 2014 a execução orçamental correspondia aos seguintes valores:

DESPESA				
Corrente	Valores			
	Orçado	Pago	Variação	%
01-Despesa com pessoal	2 658 747,72	1 491 002,04	-1 167 745,68	56,08%
02-Aquisição de bens e serviços	2 557 144,87	1 040 561,08	-1 516 583,79	40,69%
03-Juros e outros encargos	38 280,00	13 396,65	-24 883,35	35,00%
04-Transferencias correntes	776 450,13	494 472,01	-281 978,12	63,68%
05-Subsídios	3 020,00	700,00	-2 320,00	
06-Outras despesas correntes	1 175 027,14	600 774,15	-574 252,99	51,13%
	7 208 669,86	3 640 905,93	-3 567 763,93	50,51%
Capital				
07-Aquisições de bens de capital	1 675 199,72	658 674,59	-1 016 525,13	39,32%
08-Transferencias e capital	495 750,00	184 011,44	-311 738,56	37,12%
09-Activos financeiros	90 000,00	58 300,00	-31 700,00	64,78%
10-Amortização empréstimos	592 382,55	292 758,89	-299 623,66	49,42%
11- Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
	2 853 332,27	1 193 744,92	-1 659 587,35	41,84%
Totais de Despesas	10 062 002,13	4 834 650,85	-5 227 351,28	48,05%
Analises				
Corrente:				
Cobertura orçada da despesa		338 997,57		
Cobertura realizada da despesa	(a)	-200 004,86		
Capital:				
Cobertura orçada da despesas		-338 997,57		
Cobertura realizada da despesa	(b)	149 353,75		
Saldo do período	a+b	-50 651,11		
Saldo de gerencia anterior		0,00		
Saldo para gerencia seguinte		-50 651,11		

RECEITA				
Corrente	Valores			
	Orçado	Cobrado	variação	%
01- Impostos directos	791 365,52	384 265,47	-407 100,05	48,56%
02- Impostos indirectos	10 468,00	2 363,09	-8 104,91	22,57%
04- Taxas multa e penalidades	448 341,01	145 344,40	-302 996,61	32,42%
05- Rendimentos propriedade	578 791,00	173 207,60	-405 583,40	29,93%
06- Transferencias correntes	5 149 322,90	2 606 847,92	-2 542 474,98	50,63%
07- Vendas de bens e serviços	490 599,00	123 364,06	-367 234,94	25,15%
08- Outras receitas correntes	78 780,00	5 508,53	-73 271,47	6,99%
	7 547 667,43	3 440 901,07	-4 106 766,36	45,59%
Capital				
09- Venda de bens de investimento	217 581,00	117 138,61	-100 442,39	53,84%
10- Transferencias de capital	1 697 739,72	275 894,34	-1 421 845,38	16,25%
11 - Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
12- Passivos financeiros	596 313,98	946 527,85	350 213,87	158,73%
13- Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Receitas de capital	2 511 634,70	1 339 560,80	-1 172 073,90	53,33%
15- Outras receitas	2 700,00	3 537,87	837,87	
	2 514 334,70	1 343 098,67	-1 171 236,03	53,42%
16- saldo gerencia anterior	0,00	0,00		
	10 062 002,13	4 783 999,74	-5 278 002,39	47,55%
Saldo gerencia seguinte	-50 651,11			

	Execução da Despesa		Execução da Receita	
	Valor	%	Valor	%
Corrente	3 640 905,93	50,51%	3 440 901,07	45,59%
Capital	1 193 744,92	41,84%	1 339 560,80	53,33%
Outras			3 537,87	131%
Total	4 834 650,85	48,05%	4 783 999,74	47,5%

Do quadro acima verifica-se que a execução orçamental põe em causa o princípio do equilíbrio orçamental, uma vez que a receita corrente efetivamente cobrada foi inferior à despesa corrente realizada no mesmo período.

No âmbito das receitas de natureza corrente não é notória uma boa performance na sua execução, pelo facto dessa execução se encontrar abaixo dos 50%, o que se traduz em desvios significativos, tendo em conta que a análise incide nos primeiros 6 meses do ano (Janeiro a Junho). O mesmo não se verifica nas despesas de natureza corrente onde o grau de execução se situou nos 50,51%.

Relativamente às rubricas de capital, verificámos que as despesas de capital apresentam uma execução que se situando nos 41,48%, enquanto nas receitas de capital se situou nos 53,33%.

Em síntese, sendo o total da receita cobrada de € 4.783.999,74 e o total da despesa paga de € 4.834.650,85, pode-se constatar que o grau de execução se situou em 47,5% para a receita e 48,05%, para a despesa, o que nos leva a concluir que o nível de execução orçamental se aproximou das projeções da despesa e da receita contidas no orçamento aprovado para 2014, tendo em conta que a análise incide sobre 6 meses.

VII. Fundos Disponíveis

Da análise efetuada aos mapas de Fundos Disponíveis enviados para a DGAL através da plataforma do portal Autárquico – SIAL, verificamos a concordância com os valores extraídos dos mapas do POCAL, assim como, no mês de Junho apresentava Fundos Disponíveis iniciais no montante de € 181.239,79, o que demonstra que se verifica no cumprimento do previsto no n.º 1, do art.º 5º, da Lei 8/2012 de 21 de Fevereiro, como se pode verificar no quadro abaixo:

Mês	Dados Extraídos do SIAL	Dados Extraídos do POCAL	Diferença SIAL vs POCAL
Janeiro	1 942 747,32	1 942 747,32	-
Fevereiro	694 161,22	694 161,22	-
Março	218 990,07	218 990,07	-
Abril	93 509,09	93 509,09	-
Maior	356 219,62	356 219,62	-
Junho	181 239,79	181 239,79	-

VIII. Análise económico – financeira a 30 de Junho de 2014

Em relação ao período homólogo de 2013 (30 de Junho), verificámos que o Município registou uma variação de 4% no total dos proveitos e de 60% no total de custos.

Relativamente ao controlo orçamental da receita e da despesa de natureza corrente deverá merecer algum cuidado, visto que execução orçamental põe em causa o princípio do equilíbrio orçamental, uma vez que a receita corrente efetivamente cobrada foi inferior à despesa corrente realizada no mesmo período.

De acordo com os dados fornecidos pela DGAL o limite da dívida total do Município para o exercício de 2014 é de, € 8.244.159,00. Da análise ao mapa da aferição da dívida retirado da aplicação SIAL (DGAL) verificámos que, à data de 30 de Junho, o total da dívida orçamental do

Município (sem considerar as entidades relevantes para efeitos da dívida total n.º 1 do art.º 54º da Lei 73/2013) situa-se em aproximadamente € 20.628.243,00, ou seja, apresenta um excesso de aproximadamente € 12.297.212,00.

IX. Outras Anotações

Pese embora o empréstimo do reequilíbrio financeiro ainda se encontrar em período de carência, chamamos atenção para o facto de acordo com os contratos de empréstimo, o referido período de carência terminar em Setembro (cf. visto do Tribunal de Contas de 29.08.2013), o que irá traduzir-se num encargo adicional mensal de, aproximadamente, € 60.000,00.

Relativamente à empresa EDEAF, E.M., cujos termos de liquidação do património foram definidos na Assembleia Municipal de 23.02.2013, tivemos conhecimento que não foi possível alienar o património (bens imóveis) e que relativamente aos bens móveis, foram transferidos para o Município as três viaturas e a marca “Terras de Alfândega”. Já no que se refere aos 9 funcionários que não foram sujeitos a internalização, foram cessados os contratos de trabalho e pagos os respectivos créditos e compensações. Em 9 de Setembro, foi aprovada em reunião de Câmara a modalidade de dissolução da EDEAF, E.M. que consiste na transmissão global de todos os ativos e passivos para o Município.

Bragança, 17 de Setembro de 2014



Fernando Peixinho & José Lima, SROC, L.da

Representada por: Fernando J. Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC n.º 1047